

**observatório
universitário**

*Análise dos instrumentos de Avaliação de
Universidades e Centros Universitários*

Documento de Trabalho n.º 44-A

*Helena Maria Barrozo
Ivanildo Ramos Fernandes*

Versão Preliminar para Comentários e Sugestões

Agosto de 2005

O Instituto *Databrasil – Ensino e Pesquisa*, associado à *Universidade Candido Mendes*, se dedica à pesquisa, ao ensino e à consultoria Organizacional. O Observatório Universitário, é o núcleo do Databrasil que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Helena Maria Barrozo

hmb@candidomendes.edu.br

Ivanildo Ramos Fernandes

iramos@candidomendes.edu.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

André Magalhães Nogueira

David Morais

Enrico Martignoni

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Ives Ramos

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO	4
2- ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA UNIVERSIDADE	6
2.1 - ESTRUTURA DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.	6
2.2 - QUANTO À DISTRIBUIÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA:	10
2.3 - DIFICULDADES IDENTIFICADAS EM RELAÇÃO AOS INDICADORES:	13
2.4 - QUANTO AO MANUSEIO DO INSTRUMENTO AVALIATIVO	13
2.5 - PESOS ATRIBUÍDOS AOS INDICADORES:	14
2.5.1 - SIMULAÇÃO ATENDENDO APENAS AO NÚMERO MÍNIMO DE INDICADORES NECESSÁRIOS PARA OBTER O CONCEITO MÍNIMO ESTIPULADO.	15
GRÁFICO DE DISPERSÃO DOS PESOS ENTRE OS INDICADORES DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADES	15
2.6 - SOBRE O ARREDONDAMENTO DO CONCEITO A CRITÉRIO DO AVALIADOR	17
3 - COMPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DE UNIVERSIDADES E CENTROS UNIVERSITÁRIOS:	20
4- MANUAL GERAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	32
CONSIDERAÇÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES AO AVALIADOR.	32
1 – APRESENTAÇÃO:	32
2 – PROCEDIMENTOS:	32
3- CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO <i>IN LOCO</i> :	32
3.1 - ROTEIRO DE AVALIAÇÃO:	32
3.2- PARTICIPANTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO:	33
3.3 - ORIENTAÇÕES GERAIS:	33
3.4 - O QUE DEVE SER EXAMINADO DURANTE A VERIFICAÇÃO <i>IN LOCO</i> :	35
3.5 - O QUE SERÁ AVALIADO:	35
4 - ESTRUTURA E CONTEÚDO DO PROCESSO	35
5- ESTRUTURA DO MANUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	36
5.1 - FORMULÁRIO ELETRÔNICO	36
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
Documentos de Trabalho do Observatório Universitário	38

1 – Apresentação

Esta Nota Técnica tem por finalidade apresentar a estrutura do instrumento de avaliação Institucional de Universidades, construído pela DEAES/INEP, e elaborar uma análise exemplificativa da operacionalização do processo, especialmente quanto aos pesos atribuídos aos itens que compõem o Instrumento (Dimensão, Categorias de Análise, Grupos de Indicadores e Indicadores), bem como um referencial da atuação do avaliador frente ao instrumento e à efetiva prática avaliativa.

Quanto ao instrumento, faremos uma abordagem pautada em sua natureza centralizadora e organizadora do processo avaliativo e partindo desta ótica, verificaremos a pertinência e coerência do conjunto dos itens.

O foco principal do processo avaliativo, centrado, enfaticamente, na Instituição prejudica, no nosso entender os demais atores, especialmente o alunado, objeto fim da Educação. A Avaliação Institucional, assim priorizada, destaca os seguintes aspectos constantes do “Manual Geral de Avaliação das Condições de Ensino”:

“a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação etc.

b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados.

c) Os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infra-estrutura da própria instituição.”

A presente análise parte dos itens acima dispostos, pontuando, para cada objeto de análise, a sua real importância no conjunto avaliativo, demonstrada através dos pesos que lhe foram atribuídos. Observe-se, que estes pesos trazem consigo uma dicotomia entre peso real (atribuído pelo INEP) e peso efetivo (peso relativizado). Tentaremos demonstrar ainda, que há falta de clareza na pontuação e na ponderação dos cálculos, como por exemplo, a fórmula de cálculo dos conceitos finais com viés de majoração.

Ressalte-se que, como complemento, foram realizadas duas simulações de avaliação, tendo por objetivo verificar a eficácia do referido instrumento. Na primeira, para atingir o conceito máximo, utilizou-se a avaliação de um Centro Universitário que pleiteia a transformação em Universidade;

na segunda, atenderam-se apenas aos indicadores necessários para atingir o conceito mínimo estipulado pela Portaria Ministerial nº 2.051 de 9 de julho de 2004.

2- Análise do Instrumento de Avaliação Institucional para Universidade

2.1 -Estrutura do Instrumento de Avaliação Institucional.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADE COM SIMULAÇÃO PARA OBTER CONCEITO MÁXIMO				
		PESO REAL	CONCEITOS	PESO EFETIVO
D - 1	1 - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	35	4,39	
CA - 1	1.1 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	25	4,66	-----
GI - 1	1.1.1 - Aderência com a realidade institucional	30	5	-----
I	1.1.1.1. Coerência da expansão projetada no PDI com a realidade institucional	80	5	2,9
I	1.1.1.2. Cumprimento do cronograma de implementação do PDI	20	5	0,7
GI - 2	1.1.2 - Envolvimento do corpo social	10	5	-----
I	1.1.2.1. Participação efetiva dos dirigentes da mantida	20	5	0,7
I	1.1.2.2. Participação efetiva dos órgãos colegiados	80	5	2,9
GI - 3	1.1.3 - Articulação entre o PDI e o PPI	40	4,2	-----
I	1.1.3.1. Políticas de Ensino	40	4	1,4
I	1.1.3.2. Políticas de Pesquisa	30	4	1,1
I	1.1.3.3. Políticas de Extensão	20	5	0,7
I	1.1.3.4. Políticas de Gestão Acadêmica	10	4	0,4
GI - 4	1.1.4 - Articulação entre o PDI e a Gestão Institucional e a Avaliação Institucional	20	4,9	-----
I	1.1.4.1. Articulação entre o PDI e a Gestão Institucional	10	4	0,4
I	1.1.4.2. Articulação entre o PDI e a Auto-avaliação	45	5	1,6
I	1.1.4.3. Articulação entre o PDI e as Avaliações externas	45	5	1,6
CA - 2	1.2 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	35	4,4	-----
GI - 1	1.2.1 – Ensino	35	4,05	-----
I	1.2.1.1. Políticas Institucionais para o Ensino de Graduação, de Graduação Tecnológica (quando for o caso), dos Cursos Sequenciais (quando for o caso) e dos Cursos de Educação a Distância (quando for o caso) e formas de sua operacionalização	45	4	1,6
I	1.2.1.2. Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos	15	4	0,5
I	1.2.1.3. Políticas Institucionais para o Ensino de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> e formas de sua operacionalização	5	5	0,2
I	1.2.1.4. Políticas Institucionais para o Ensino de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e formas de sua operacionalização	35	4	1,3
GI - 2	1.2.2 – Pesquisa	35	4,25	-----

I	1.2.2.1. Políticas Institucionais de Pesquisa e formas de sua operacionalização	45	4	1,6
I	1.2.2.2. Políticas Institucionais de Iniciação Científica e formas de sua operacionalização	15	5	0,5
I	1.2.2.3. Envolvimento e participação do corpo docente	25	4	0,9
I	1.2.2.4. Envolvimento e participação do corpo discente	10	5	0,4
I	1.2.2.5. Fontes de Fomento	5	4	0,2
GI - 3	1.2.3 – Extensão	30	5	-----
I	1.2.3.1. Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização	80	5	2,9
I	1.2.3.2. Relevância das atividades de extensão na comunidade	20	5	0,7
CA - 3	1.3 - Gestão Institucional	15	2,9	-----
GI - 1	1.3.1 - Administração Institucional	35	4,3	-----
I	1.3.1.1. Estrutura da gestão institucional	35	4	1,3
I	1.3.1.2. Programas Institucionais de incentivos e benefícios e formas de sua operacionalização	25	4	0,9
I	1.3.1.3. Programas de bem-estar do corpo social	10	5	0,4
I	1.3.1.4. Estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico	15	5	0,5
I	1.3.1.5. Sistema e recursos de informação e comunicação	10	4	0,4
I	1.3.1.6. Controle de normas acadêmicas	5	5	0,2
GI - 2	1.3.2 - Responsabilidade Social	45	5	-----
I	1.3.2.1. Responsabilidade Social Institucional	50	5	1,8
I	1.3.2.2. Responsabilidade Social na Extensão	30	5	1,1
I	1.3.2.3. Responsabilidade Social no Ensino e na Pesquisa	20	5	0,7
GI - 3	1.3.3 - Estrutura de Órgãos Colegiados	20	5	-----
I	1.3.3.1. Funcionamento	70	5	2,5
I	1.3.3.2. Representatividade	30	5	1,1
CA - 4	1.4 - Avaliação Institucional	25	5,0	-----
GI - 1	1.4.1. Auto-avaliação	55	5	-----
I	1.4.1.1. Atuação da CPA	10	5	0,4
I	1.4.1.2. Programa de auto-avaliação	35	5	1,3
I	1.4.1.3. Abrangência do Projeto de auto-avaliação	5	5	0,2
I	1.4.1.4. Participação do Corpo Social	10	5	0,4
I	1.4.1.5. Divulgação e análise dos resultados	15	5	0,5
I	1.4.1.6. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-avaliação	25	5	0,9
GI - 2	1.4.2. Avaliações externas	45	5	-----
I	1.4.2.1. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC	80	5	2,9
I	1.4.2.2. Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-avaliação	20	5	0,7

D - 2	2 – CORPO SOCIAL	45	4,50	-----
CA - 1	2.1 - CORPO DOCENTE	50	4,4	-----
GI - 1	2.1.1. Perfil Docente	45	4,5	-----
I	2.1.1.1. Titulação	50	4	1,8
I	2.1.1.2. Experiência profissional no magistério superior	10	5	0,4
I	2.1.1.3. Experiência profissional fora do magistério superior	10	5	0,4
I	2.1.1.4. Programas de Capacitação e Acompanhamento do Trabalho Docente	30	5	1,1
GI - 2	2.1.2. Condições Institucionais	30	3,7	-----
I	2.1.2.1. Regime de trabalho	50	3	1,8
I	2.1.2.2. Plano de Carreira	30	4	1,1
I	2.1.2.3. Políticas de Capacitação e formas de sua operacionalização	15	5	0,5
I	2.1.2.4. Ações de estímulos e incentivos profissionais	5	5	0,2
GI -1	2.1.3. Produtividade docente	25	5	-----
I	2.1.3.1. Publicações	70	5	2,5
I	2.1.3.2. Produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas	30	5	1,1
CA -2	2.2 - Corpo Discente e Egressos	30	5,0	-----
GI -1	2.2.1 - Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente	60	5	-----
I	2.2.1.1. Programas de Acompanhamento Psicopedagógico e do Desempenho Discente	85	5	3,0
I	2.2.1.2. Programas de mobilidade e intercâmbio	5	5	0,2
I	2.2.1.3. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos	10	5	0,4
GI -2	2.2.2 - Condições Institucionais	30	5	-----
I	2.2.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos	20	5	0,7
I	2.2.2.2. Apoio à participação em eventos	10	5	0,4
I	2.2.2.3. Bolsas de estudo, de trabalho ou de esporte	20	5	0,7
I	2.2.2.4. Bolsas de desenvolvimento acadêmico	45	5	1,6
I	2.2.2.5. Meios de divulgação de trabalhos e produção discente	5	5	0,2
GI -3	2.2.3 – Egressos	10	5	-----
I	2.2.3.1. Acompanhamento do egresso	80	5	2,9
I	2.2.3.2. Programas de Educação continuada voltados para o egresso	20	5	0,7
CA -3	2.3 - Corpo Técnico-administrativo	20	4,0	-----
GI -1	2.3.1. Perfil técnico-administrativo	30	5	-----
I	2.3.1.1. Formação profissional	60	5	2,1
I	2.3.1.2. Experiência profissional	40	5	1,4
GI -2	2.3.2. Condições Institucionais	70	3,6	-----
I	2.3.2.1. Plano de Carreira	70	3	2,5
I	2.3.2.2. Políticas de Capacitação e formas de operacionalização	30	5	1,1
D -3	3 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA	20	4,74	-----

CA -1	3.1 - Instalações Gerais	25	4,8	-----
GI -1	3.1.1 - Espaço Físico	35	4,85	-----
I	3.1.1.1. Instalações para o ensino	20	5	0,7
I	3.1.1.2. Instalações para coordenação/departamentos e docentes	15	4	0,5
I	3.1.1.3. Instalações administrativas	10	5	0,4
I	3.1.1.4. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	15	5	0,5
I	3.1.1.5. Infra-estrutura de segurança	15	5	0,5
I	3.1.1.6. Instalações sanitárias	15	5	0,5
I	3.1.1.7. Outras instalações	10	5	0,4
GI -2	3.1.2 – Equipamentos	45	4,65	-----
I	3.1.2.1. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	20	4	0,7
I	3.1.2.2. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	30	5	1,1
I	3.1.2.3. Recursos audiovisuais e multimídia	20	5	0,7
I	3.1.2.4. Existência de rede de comunicação (Internet e Intranet)	15	5	0,5
I	3.1.2.5. Plano de expansão e atualização dos <i>software</i> e equipamentos	15	4	0,5
GI -3	3.1.3 – Serviços	20	5	-----
I	3.1.3.1. Manutenção e conservação das instalações físicas	35	5	1,3
I	3.1.3.2. Manutenção e conservação dos equipamentos	45	5	1,6
I	3.1.3.3. Apoio logístico para as atividades acadêmicas	20	5	0,7
CA -2	3.2 - Biblioteca	40	4,7	-----
GI -2	3.2.1 - Espaço Físico	30	5	-----
I	3.2.1.1. Instalações para o acervo	35	5	1,3
I	3.2.1.2. Instalações para estudos individuais	35	5	1,3
I	3.2.1.3. Instalações para estudos em grupo	30	5	1,1
GI -2	3.2.2 – Acervo	50	4,3	-----
I	3.2.2.1. Informatização	30	5	1,1
I	3.2.2.2. Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização	70	4	2,5
GI -3	3.2.3 – Serviços	20	5	-----
I	3.2.3.1. Horário de funcionamento	20	5	0,7
I	3.2.3.2. Serviços de acesso ao acervo	45	5	1,6
I	3.2.3.3. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	15	5	0,5
I	3.2.3.4. Recursos humanos	20	5	0,7
CA -3	3.3 - Laboratórios e Instalações Específicas	35	4,8	-----
GI -1	3.3.1. Espaço físico e equipamentos	70	5	-----
I	3.3.1.1. Políticas de conservação e/ou de expansão do espaço físico e formas de sua operacionalização	40	5	1,4
I	3.3.1.2. Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização	60	5	2,1
GI -2	3.3.2. Serviços	30	4,4	-----

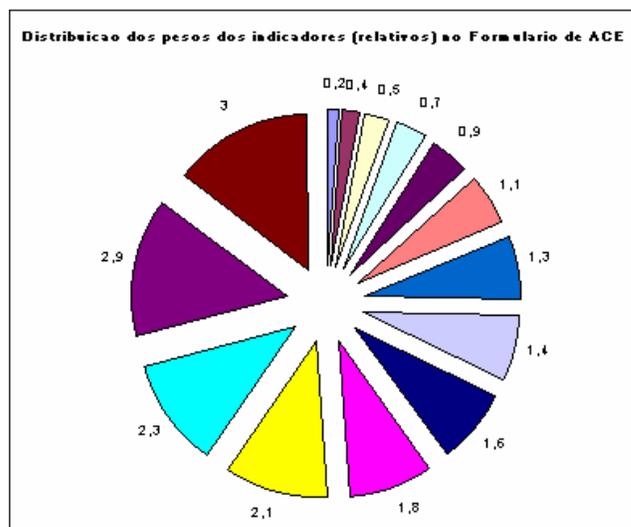
I	3.3.2.1. Normas de Segurança	40	5	1,4
I	3.3.2.2. Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização	60	4	2,1
NOTA COM ARREDONDAMENTO			5,00	-----
NOTA SEM ARREDONDAMENTO			4,51	100,0
Obs: o valor está arredondado para cima, com base nos seguintes critérios da DAES/INEP				
Conceito final da avaliação institucional		Faixa de valores para MPF		
	1	1 □ MPF □ 2		
	2	2 □ MPF □ 3		
	3	3 □ MPF □ 3,5		
	3 ou 4, a critério dos avaliadores	3,5 □ MPF □ 3,7		
	4	3,7 □ MPF □ 4,5		
	4 ou 5, a critérios dos avaliadores	4,5 □ MPF □ 4,7		
	5	4,7 □ MPF □ 5		
D = Dimensão				
CA = Categoria de Análise				
GI = Grupo de Indicadores				
I = Indicadores				

OBS: Os conceitos (notas) atribuídos neste instrumento, são decorrentes de uma simulação com base na avaliação de uma Universidade X.

2.2 - Quanto à distribuição lógico-sistemática:

- Há uma distribuição excessiva dos itens, o que resulta em questionamentos sobre sua efetividade, pois são ao todo 93 indicadores, como se pode ver no quadro e gráfico abaixo.

pesos relativos	total de indicadores
0,2	7
0,4	13
0,5	12
0,7	15
0,9	3
1,1	10
1,3	6
1,4	4
1,6	7
1,8	3
2,1	3
2,3	4
2,9	5
3	1
100%	TOTAL = 93



- no item relativo ao Corpo Social (Dimensão 2), são utilizadas diversas fórmulas para se chegar ao conceito de cada indicador. À guisa de exemplificação recortamos do texto da DAES, (modelo matemático) as seguintes formulas, dentre as outras que se seguem para cada indicador.

“V) Conceitos dos indicadores de cálculo automático da categoria de análise CORPO DOCENTE

V.1) Titulação

O cálculo do conceito do indicador “Titulação” será feito em dois passos:

Passo 1. Fórmula de cálculo do parâmetro MT para a titulação do corpo docente:

$$MT = \frac{(P_E \times N_E + P_M \times N_M + P_D \times N_D)}{D}, \text{ onde:}$$

P_E = Peso da especialização = 10

N_E = Número de docentes com especialização

P_M = Peso do mestrado = 30

N_M = Número de docentes com mestrado

P_D = Peso do doutorado = 60

N_D = Número de docentes com doutorado

D = Total de docentes da Instituição (graduados + especialistas + mestres + doutores)

Passo 2. Conceito final da titulação

Para o cálculo das faixas de valores dos conceitos, utilizou-se a seguinte tabela:

Conceito	Percentual de docentes com mestrado – M
1	$0 \leq M < 15$
2	$15 \leq M < 33$
3	$33 \leq M < 60$
4	$60 \leq M < 90$
5	$90 \leq M$

A tabela acima é utilizada no cálculo das faixas de valores dos conceitos do indicador. As faixas são calculadas a partir de uma exigência mínima para a titulação do corpo docente.

Utilizando a tabela na fórmula acima, teremos:

$$MT(2) = \frac{(P_E \times N_E + P_M \times N_M + P_D \times N_D)}{D} = \frac{(10 \times 85 + 30 \times 15 + 60 \times 0)}{100} = 13$$

$$MT(3) = \frac{(P_E \times N_E + P_M \times N_M + P_D \times N_D)}{D} = \frac{(10 \times 67 + 30 \times 33 + 60 \times 0)}{100} = 16,60$$

$$MT(4) = \frac{(P_E \times N_E + P_M \times N_M + P_D \times N_D)}{D} = \frac{(10 \times 40 + 30 \times 60 + 60 \times 0)}{100} = 22$$

$$MT(5) = \frac{(P_E \times N_E + P_M \times N_M + P_D \times N_D)}{D} = \frac{(10 \times 10 + 30 \times 90 + 60 \times 0)}{100} = 28$$

Conceito do indicador	Faixa de valores (fórmula)	Faixa de valores
1	$0 \leq MT < MT(2)$	$0 \leq MT < 13$
2	$MT(2) \leq MT < MT(3)$	$13 \leq MT < 16,60$
3	$MT(3) \leq MT < MT(4)$	$16,60 \leq MT < 22$
4	$MT(4) \leq MT < MT(5)$	$22 \leq MT < 28$
5	$MT(5) \leq MT$	$28 \leq MT$

V.2) Experiência profissional no magistério superior

O cálculo do conceito do indicador será feito em três passos:

- 1) Definição das faixas temporais da experiência profissional no magistério superior com seus respectivos multiplicadores:

Faixas	Tempo de experiência em anos - T	Multiplicadores
Faixa 1	$1 \leq T \leq 2$	10
Faixa 2	$2 < T \leq 4$	20
Faixa 3	$4 < T \leq 6$	30
Faixa 4	$6 < T \leq 8$	40
Faixa 5	$T > 8$	50

- 2) Cálculo do parâmetro ME que será utilizado para se obter o conceito do indicador "Experiência profissional no magistério superior"

$$ME = \frac{(Q1 \times 10 + Q2 \times 20 + Q3 \times 30 + Q4 \times 40 + Q5 \times 50)}{QT}$$

Onde:

Q1 = quantidade de docentes na faixa 1
 Q2 = quantidade de docentes na faixa 2
 Q3 = quantidade de docentes na faixa 3
 Q4 = quantidade de docentes na faixa 4
 Q5 = quantidade de docentes na faixa 5
 QT = quantidade total de docentes da instituição

- 3) Conceito do indicador "Experiência profissional no magistério superior"

Conceito	Faixa de valores
1	$0 \leq ME \leq 5$
2	$5 < ME \leq 10$
3	$10 < ME \leq 20$
4	$20 < ME \leq 30$
5	$ME > 30$

E segue ainda com fórmulas distintas para os indicadores abaixo.

V.4) Regime de Trabalho

V.5) Publicações

V.6) Produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas

- enfatiza determinados indicadores em detrimento de outros sem demonstrar, contudo, o critério na priorização destes, como por exemplo os indicadores constantes da Categoria de Análise 1.1 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que atribui peso relativo de “2,9” para o indicador “1.1.1.1. Coerência da expansão projetada no PDI com a realidade institucional”, expansão esta que decorre da “Articulação entre o PDI e a Gestão Institucional”, ou seja, indicador 1.1.4.1, que tem peso relativo **0,4**.

Qual o critério utilizado para que uma política (1.1.1.1.) decorrente de uma gestão(1.1.4.1.) valha 82% a mais que a própria gestão que a formulou?

2.3 - Dificuldades identificadas em relação aos Indicadores:

- faltam indicadores relativos ao corpo discente, pois apenas 3 (três) são relacionados, o que constitui uma discrepância, haja vista que é exatamente um destes indicadores o “2.2.1.1. Programas de Acompanhamento Psicopedagógico e do Desempenho Discente”, que aponta o maior peso no contexto global, “3”, como demonstramos no gráfico às fls 10.
- Não se encontra no formulário, ênfase ao envolvimento dos discentes no processo, considerando que, atualmente, a forma de se captar a percepção desta categoria fica por conta apenas da visita e observação do avaliador *in loco*.
- Faltam indicadores que apontem políticas das IES no sentido de agregar participativamente o alunado na comunidade acadêmica. Verificamos que o presente instrumento não se preocupa com processo *in itinere* do alunado no decorrer da aprendizagem, de forma que no atual processo, apenas os concluintes são objeto de verificação;
- Não identificamos, no presente instrumento, indicadores que verifiquem ou identifiquem a contribuição do curso, segundo a proposta da IES, no contexto regional e social; falta pontuar como se desenvolve o processo de inserção do egresso na sociedade e não apenas no contexto do mercado de trabalho.

2.4 - Quanto ao manuseio do instrumento avaliativo

- O que se constata é que o avaliador, dado o detalhamento do instrumento, passa a maior parte do período avaliativo, preocupado em operar o formulário, não refletindo sobre os dados, o que faz com que haja celeridade quanto às observações da avaliação, em detrimento da participação presencial junto à comunidade acadêmica.
- Verifica-se que, um menor número de indicadores pode proporcionar um *plus* na avaliação em termos qualitativos, pois o excessivo número de itens, apesar de atendidos, não consegue atingir a qualidade almejada;
- Em suma, constatou-se que o tempo de atuação do avaliador frente ao manuseio do instrumento, poderá conduzir à um eventual mecanicismo do processo, acreditando,

com isso, que haja uma diluição de maneira a permitir uma maior dedicação à avaliação em si, privilegiando assim, seu potencial analítico.

2.5 - Pesos atribuídos aos indicadores:

- O peso constante do documento da DAES, somente tem influência dentro do grupo onde o indicador está localizado, ou seja, o peso de um Indicador X somente tem reflexo dentro do seu respectivo Grupo de Indicadores e o peso de um Grupo de Indicadores X somente refletirá dentro de sua respectiva Categoria de análise e assim por diante, motivo este que fez com que buscássemos o peso efetivo para verificarmos a influência do Indicador no contexto global.
- Identificou-se que o peso real, atribuído pelo INEP, não constitui o peso efetivo que influencia sobre a nota final; existe um determinado grupo de indicadores que, se atendidos, atingem a pontuação mínima para o pleito objeto da avaliação (sendo estes, 29 do total de 93), em detrimento aos 64 indicadores restantes. Uma Instituição que tiver conhecimento do “vício” do instrumento, poderia atender somente a estes indicadores, pela incapacidade técnica no manuseio do instrumento, cabendo ao avaliador, tão somente, proceder ao *input* dos dados atendidos.
- É questionável a efetividade para avaliação, dos pesos atribuídos, o que nos fez acrescentar ao trabalho um índice de “**pesos efetivos**”¹. Para efeitos práticos do estudo realizado, o índice dá uma idéia sobre a capacidade do instrumento de avaliação em estabelecer diretrizes para as IES. Se os pesos relativos dos indicadores avaliados forem dispersos, significa que o instrumento, a despeito de ser extremamente minucioso quanto aos aspectos avaliados, possibilita uma margem de manobra elevada para que as IES escolham em quais aspectos devem investir para ter resultado positivo na sua avaliação.
- Objetivou-se identificar quais os aspectos relevantes e, em decorrência disso, verificar o impacto de cada Indicador em sua respectiva Dimensão. O estudo concluiu que “*os comportamentos dos valores máximos, médios e mínimos, indicam excessiva pulverização dos pesos na mensuração dos indicadores*”. Esta dispersão pode ter ocorrido pelos seguintes motivos:
 - a) na escala utilizada de 1 a 5, os valores sempre ficarão muito próximos, por mais díspares que sejam;
 - b) inexistência de metas claras sobre os objetivos da avaliação;
 - c) indefinição quanto aos aspectos prioritários a serem avaliados, com vistas ao estabelecimento de metas objetivas e claramente definidas.

À guisa de simulação, indicamos a seguir exemplo em que a IES que atenda apenas ao atendimento de itens com pesos entre 1,3 e 3,0 (29 indicadores) viabilizaria o pleito, com nota final “3,02”, acima da média do conceito “5”, atendendo aos termos do art. 32 da Portaria Ministerial nº 2.051 de 9 de julho de 2004.

¹ O peso efetivo, é o peso de influencia sobre a Nota Final, que demonstramos no documento intitulado “Análise do pesos do formulário de ACE para Universidades”, há referencias também no texto “Engenharia Reversa” disponível em www.observatoriouniversitario.org.br

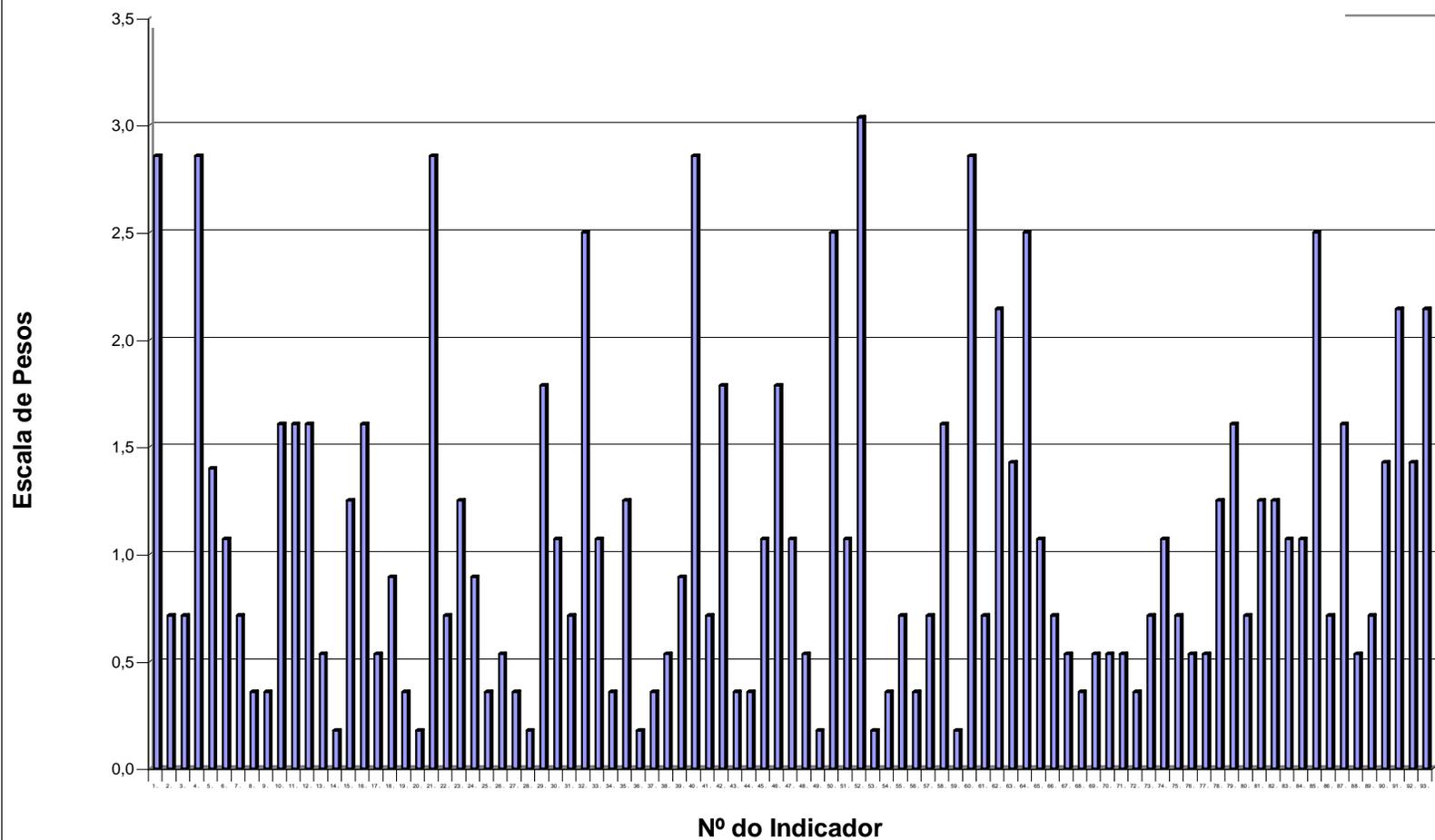
2.5.1 - Simulação atendendo apenas ao número mínimo de indicadores necessários para obter o conceito mínimo estipulado.

		Indicadores	Peso relativo
1	3.1.3.1.	Manutenção e conservação das instalações físicas	1,3
2	3.2.1.1.	Instalações para o acervo	1,3
3	3.2.1.2.	Instalações para estudos individuais	1,3
4	2.3.1.2.	Experiência profissional	1,4
5	3.3.1.1.	Políticas de conservação e/ou de expansão do espaço físico e formas de	1,4
6	3.3.2.1.	Normas de Segurança	1,4
7	1.1.4.2.	Articulação entre o PDI e a Auto-avaliação	1,6
8	1.1.4.3.	Articulação entre o PDI e as Avaliações externas	1,6
9	1.2.1.1.	Políticas Institucionais para o Ensino de Graduação, de Graduação Tecnológica (quando for o caso), dos Cursos Seqüenciais (quando for o caso) e dos Cursos de Educação a Distância (quando for o caso) e formas de sua operacionalização	1,6
10	1.2.2.1.	Políticas Institucionais de Pesquisa e formas de sua operacionalização	1,6
11	2.2.2.4.	Bolsas de desenvolvimento acadêmico	1,6
12	3.1.3.2.	Manutenção e conservação dos equipamentos	1,6
13	3.2.3.2.	Serviços de acesso ao acervo	1,6
14	1.3.2.1.	Responsabilidade Social Institucional	1,8
15	2.1.1.1.	Titulação	1,8
16	2.1.2.1.	Regime de trabalho	1,8
17	2.3.1.1.	Formação profissional	2,1
18	3.3.1.2.	Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e for	2,1
19	3.3.2.2.	Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas	2,1
20	1.3.3.1.	Funcionamento	2,5
21	2.1.3.1.	Publicações	2,5
22	2.3.2.1.	Plano de Carreira	2,5
23	3.2.2.2.	Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo	2,5
24	1.1.1.1.	Coerência da expansão projetada no PDI com a realidade institucional	2,9
25	1.1.2.2.	Participação efetiva dos órgãos colegiados	2,9
26	1.2.3.1.	Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização	2,9
27	1.4.2.1.	Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliação	2,9
28	2.2.3.1.	Acompanhamento do egresso	2,9
29	2.2.1.1.	Programas de Acompanhamento Psicopedagógico e do Desempenho Discente	3,0
CONCEITO FINAL			3,2

Gráfico de dispersão dos pesos entre os indicadores do Formulário de Avaliação Institucional de Universidades

Para demonstrarmos a dispersão dos pesos entre os indicadores que compõem o formulário, elaboramos o gráfico abaixo, que contribuirá para uma melhor visualização da dispersão dos pesos atribuídos.

Peso do Indicador no contexto global do Formulário de ACE



2.6 - Sobre o arredondamento do conceito a critério do avaliador

A Nota Final não depende apenas do conceito automático gerado pelo formulário de avaliação, pois o avaliador dispõe de prerrogativa para, a seu critério, verificar a existência de aspectos relevantes no contexto da avaliação, e que não são contemplados pelos indicadores. Essa prerrogativa, será considerada na faixa de decisão e/ou de aproximação, e permitirá ao avaliador ajustar seus conceitos (para cima ou para baixo, até uma escala de 0,5 pontos), justificando as razões da decisão. Essa decisão de aproximação poderá ser feita nas categorias, nas dimensões e na nota final. Por exemplo, se a IES atingir 4,5 pontos na nota final ficará a critério do avaliador atribuir 5 pontos. Como poderemos verificar no quadro abaixo retirado do documento do DAES intitulado “ANEXO - Avaliação Institucional Externa para fins de Credenciamento e credenciamento de Universidades - Modelo Matemático - Cálculo dos Conceitos”

Conceito final da avaliação institucional	Faixa de valores para MPF
1	$1 \leq \text{MPF} < 2$
2	$2 \leq \text{MPF} < 3$
3	$3 \leq \text{MPF} \leq 3,5$
3 ou 4, a critério dos avaliadores	$3,5 < \text{MPF} \leq 3,7$ (arredondamento de 0,2 pontos)
4	$3,7 < \text{MPF} \leq 4,5$
4 ou 5, a critérios dos avaliadores	$4,5 < \text{MPF} \leq 4,7$
5	$4,7 < \text{MPF} \leq 5$
	(arredondamento de 0,5 pontos entre “4,5” e “5”)

É importante considerarmos que, em uma simulação, utilizando-se conceitos máximos iguais a “5”, estes 0,5 pontos percentuais, que o avaliador poderá arredondar, representam uma escolha aleatória no atendimento de 51 indicadores, que, quando atendidos, atingem os 0,5 pontos na simulação da seguinte forma:

a) Se considerarmos o arredondamento para cima, os indicadores que valem 0,2 (pesos) o atendimento de 5 deles atinge os 0,5 pontos (são ao todo 8 indicadores que valem 0,2 pesos relativos), logo o arredondamento para cima anularia o atendimento destes itens, e o arredondamento para baixo lesa a IES que preocupou-se em atendê-los.

indicador		Peso do Indicador
1.2.1.3.	Políticas Institucionais para o Ensino de pós-graduação <i>lato-sensu</i>	0,2
1.2.2.5.	Fontes de Fomento	0,2
1.3.1.6.	Controle de normas acadêmicas	0,2
1.4.1.3.	Abrangência do Projeto de auto-avaliação	0,2
2.1.2.4.	Ações de estímulos e incentivos profissionais	0,2
	NOTA FINAL	0,5
2.1.2.4.	Ações de estímulos e incentivos profissionais	0,2

2.2.1.2.	Programas de mobilidade e intercâmbio	0,2
2.2.2.5.	Meios de divulgação de trabalhos e produção discente	0,2

b) Se considerarmos os indicadores que valem 0,4 (pesos), o atendimento de três deles atinge os 0,5 pontos (são ao todo 13 indicadores que valem 0,4 pesos relativos), logo, o arredondamento para cima anularia o atendimento destes itens.

1.1.3.4.	Políticas de Gestão Acadêmica	0,4
1.1.4.1	Articulação entre o PDI e a Gestão Institucional	0,4
1.2.2.4.	Envolvimento e participação do corpo discente	0,4
	NOTA FINAL	0,5

1.3.1.3.	Programas de bem-estar do corpo social	0,4
1.3.1.5.	Sistema e recursos de informação e comunicação	0,4
1.4.1.1.	Atuação da CPA	0,4
1.4.1.4.	Participação do Corpo Social	0,4
2.1.1.2.	Experiência profissional no magistério superior	0,4
2.1.1.3.	Experiência profissional fora do magistério superior	0,4
2.2.1.3.	Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos	0,4
2.2.2.2.	Apoio à participação em eventos	0,4
3.1.1.3.	Instalações administrativas	0,4
3.1.1.7.	Outras instalações	0,4

c) Se considerarmos os indicadores que valem 0,5 (pesos), o atendimento de dois deles atinge os 0,5 pontos (são ao todo 12 indicadores que valem 0,5 pesos relativos), logo, na prática, o arredondamento para cima anularia o atendimento destes itens.

1.2.1.2.	Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Ped	0,5
1.2.2.2.	Políticas Institucionais de Iniciação Científica e formas de sua opera	0,5
	NOTA FINAL	0,5

1.3.1.4.	Estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico	0,5
1.4.1.5.	Divulgação e análise dos resultados	0,5
2.1.2.3.	Políticas de Capacitação e formas de sua operacionalização	0,5
3.1.1.2.	Instalações para coordenação/departamentos e docentes	0,5
3.1.1.4.	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	0,5
3.1.1.5.	Infra-estrutura de segurança	0,5
3.1.1.6.	Instalações sanitárias	0,5

3.1.2.4.	Existência de rede de comunicação (Internet e Intranet)	0,5
3.1.2.5.	Plano de expansão e atualização dos software e equipamentos	0,5
3.2.3.3.	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	0,5

d) Se, no entanto, considerarmos os indicadores que valem 0,7 (pesos), o atendimento de um deles combinado com um indicador que vale 0,2, atinge os 0,5 pontos, são ao todo 15 indicadores que valem 0,7 pesos relativos.

1.1.1.2.	Cumprimento do cronograma de implementação do PDI	0,7
1.1.2.1.	Participação efetiva dos dirigentes da mantida	0,7
1.1.3.3.	Políticas de Extensão	0,7
1.2.3.2.	Relevância das atividades de extensão na comunidade	0,7
1.3.2.3.	Responsabilidade Social no Ensino e na Pesquisa	0,7
1.4.2.2.	Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-a	0,7
2.2.2.1.	Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos	0,7
2.2.2.3.	Bolsas de estudo, de trabalho ou de esporte	0,7
2.2.3.2.	Programas de Educação continuada voltados para o egresso	0,7
3.1.1.1.	Instalações para o ensino	0,7
3.1.2.1.	Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	0,7
3.1.2.3.	Recursos audiovisuais e multimídia	0,7
3.1.3.3.	Apoio logístico para as atividades acadêmicas	0,7
3.2.3.1.	Horário de funcionamento	0,7
3.2.3.4.	Recursos humanos	0,7

e) Por fim, se considerarmos os indicadores que valem 0,9 (pesos) o atendimento de um deles atinge os 0,5 pontos (são ao todo 3 indicadores que valem 0,9 pesos relativos).

1.2.2.3.	Envolvimento e participação do corpo docente	0,9
1.3.1.2.	Programas Institucionais de incentivos e benefícios e formas de sua operacionalizacão	0,9
1.4.1.6.	Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-aval	0,9

Nos casos acima somente levou-se em conta o arredondamento para cima, onde este anularia a importância do atendimento dos indicadores de indicadores entre 0,2 e 0,9, (sendo ao todo 51), no entanto, há que se considerar o arredondamento para baixo, onde este, lesaria mais ainda a IES que por ventura tivesse atendido aos itens acima, fazendo com que, não houvesse importância no atendimento do item.

O fato é que o arredondamento para cima a critério do avaliador privilegia a IES que não atendeu a certos itens e o arredondamento para baixo, lesa a IES que preocupou-se em satisfazê-los.

Isto significa dizer que, na prática, nenhum destes indicadores têm importância, pois, ao arredondar a nota, tanto para baixo, quanto para cima, os 51 indicadores, entre 0,2 e 0,9 (pesos relativos) que a IES preocupou-se em preencher, e que poderia não serem atendidos seriam anulada.

Diante do exposto, relacionamos, dentre outras, as seguintes considerações sobre o aperfeiçoamento do Instrumento:

Dificuldade de interpretação de resultados, no entanto, contraria esta lógica ao não explicitar indicações sobre a forma de apuração dos conceitos parciais;

Complexidade devido ao volume de itens avaliados simultaneamente;

Falta de esclarecimentos sobre a sintaxe utilizada para o cálculo no aplicativo desenvolvido pelo INEP;

Limitação operacional do sistema, com isso, ocasionando problemas técnicos, caso haja falta de alguma informação, dada a automação do mesmo;

Atingida a nota mínima exigida (3), a Comissão poderá indicar Diligência ou Recomendações, cujo trâmite não é explicitado nos instrumentos legais;

Inexistência de indicadores da correlação entre a nota final obtida e o prazo a ser concedido para credenciamento/recredenciamento

3 - Comparação dos instrumentos avaliativos de Universidades e Centros Universitários:

a) Comparação da Estrutura dos instrumentos;

A estrutura de ambos é distribuída da mesma forma, com alguma distinção terminológica conforme demonstrado a seguir.

1- Três Dimensões

1.1 UNIVERSIDADES

- ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
- CORPO SOCIAL
- INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E LOGÍSTICA

1.2 – CENTROS UNIVERSITÁRIOS

- ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
- CORPO DOCENTE
- INSTALAÇÕES

2 –N Categorias de Análise

3 –N Grupo de Indicadores

4 –N Indicadores

b) Quantificação dos indicadores de avaliação;

Tanto o instrumento de avaliação de Universidades, quanto o Instrumento de avaliação de Centros Universitários têm 93 indicadores de avaliação.

c) Comparação dos pesos atribuídos aos indicadores;

Na análise dos instrumentos verificou-se que há uma distinção considerável entre os pesos atribuídos aos níveis estruturais que compõem os instrumentos

QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

COMPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS				
	UNIVERSIDADES	PESOS	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	PESOS
D - 1	1- ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	35	1 - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	não há
CA - 1	1.1 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	25	1.1 - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	30
GI - 1	1.1.1 - Aderência com a realidade institucional	30	1.1.1 - Missão institucional	20
	1.1.1.1. Coerência da expansão projetada no PDI com a realidade institucional	80	Vocação global do Centro Universitário	30
	1.1.1.2. Cumprimento do cronograma de implementação do PDI	20	Objetivos	30
GI - 2	1.1.2 - Envolvimento do corpo social	10	Metas	40
	1.1.2.1. Participação efetiva dos dirigentes da mantida	20	1.1.2- Ações institucionais propostas e em andamento	40
	1.1.2.2. Participação efetiva dos órgãos colegiados	80	Coerência das ações acadêmico-administrativas propostas e em andamento, em função das metas do Centro Universitário	20
GI - 3	1.1.3 - Articulação entre o PDI e o PPI	40	Coerência das ações acadêmico-administrativas propostas e em andamento, em função dos objetivos do Centro Universitário	20
	1.1.3.1 Políticas de Ensino	40	Coerência das ações acadêmico-administrativas propostas e em andamento, em função das metas do Centro Universitário	30
	1.1.3.2. Políticas de Pesquisa	30	Metodologia e cronograma de implementação do PDI	30
	1.1.3.3. Políticas de Extensão	20	1.1.3 - Gestão acadêmico-administrativa	40

	1.1.3.4. Políticas de Gestão Acadêmica	10	Administração do Centro Universitário	25
GI - 4	1.1.4 - Articulação entre o PDI e a Gestão Institucional e a Avaliação Institucional	20	Integração entre gestão administrativa, órgãos colegiados e comunidade acadêmica	25
	1.1.4.1 Articulação entre o PDI e a Gestão Institucional	10	Mecanismos de acompanhamento sistemático dos objetivos do Centro Universitário	25
	1.1.4.2. Articulação entre o PDI e a Auto-avaliação	45	Estrutura e fluxo do controle acadêmico	25
	1.1.4.3. Articulação entre o PDI e as Avaliações externas	45	1.2 - Projetos Pedagógicos dos Cursos e Articulação das Atividades Acadêmicas	40
CA - 2	1.2 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	35	1.2.1 - Processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos	40
GI - 1	1.2.1 – Ensino	35	Participação das Coordenações de curso na elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos	50
	1.2.1.1. Políticas Institucionais para o Ensino de Graduação, de Graduação Tecnológica (quando for o caso), dos Cursos Sequenciais (quando for o caso) e dos Cursos de Educação a Distância (quando for o caso) e formas de sua operacionalização	45	Participação dos docentes na elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos	50
	1.2.1.2. Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos	15	1.2.2 - Atividades de ensino, pesquisa (ou práticas de investigação) e extensão e sua articulação	60
	1.2.1.3. Políticas Institucionais para o Ensino de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> e formas de sua operacionalização	5	Resultados da avaliação da graduação considerando o Exame Nacional de cursos (ENC) e as avaliações das condições de Oferta	20
	1.2.1.4. Políticas Institucionais para o Ensino de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e formas de sua operacionalização	35	Apoio didático ao corpo docente	15
GI - 2	1.2.2 – Pesquisa	35	Acompanhamento pedagógico dos discentes	15

	1.2.2.1. Políticas Institucionais de Pesquisa e formas de sua operacionalização	45	Avaliação do desempenho docente	15
	1.2.2.2. Políticas Institucionais de Iniciação Científica e formas de sua operacionalização	15	Atividade de ensino de pós-graduação	5
	1.2.2.3. Envolvimento e participação do corpo docente	25	Atividade de pesquisa (ou práticas de investigação) e sua articulação com o ensino	15
	1.2.2.4. Envolvimento e participação do corpo discente	10	Atividade de extensão e sua articulação com o ensino	10
	1.2.2.5. Fontes de Fomento	5	Parcerias acadêmicas, institucionais e empresariais	5
GI - 3	1.2.3 – Extensão	30	1.3 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	30
	1.2.3.1. Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização	80	1.3.1 - Auto-avaliação do Centro Universitário	50
	1.2.3.2. Relevância das atividades de extensão na comunidade	20	Existência de órgão ou comissão permanente de avaliação e sua articulação com o PDI	15
CA - 3	1.3 - Gestão Institucional	15	Abrangência do Projeto de auto-avaliação do Centro Universitário	15
GI - 1	1.3.1 - Administração Institucional	35	Participação da comunidade acadêmica nos processos de auto-avaliação do Centro Universitário	20
	1.3.1.1. Estrutura da gestão institucional	35	Divulgação dos resultados da auto-avaliação do Centro Universitário	15
	1.3.1.2. Programas Institucionais de incentivos e benefícios e formas de sua operacionalização	25	Ações acadêmico-administrativas em função da auto-avaliação	20
	1.3.1.3. Programas de bem-estar do corpo social	10	Articulação entre a interpretação dos resultados das avaliações realizadas pelo MEC, das avaliações realizadas por outros agentes externos e os da auto-avaliação do Centro Universitário	15
	1.3.1.4. Estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico	15	1.3.2 - Avaliações realizadas pelo MEC e/ou por outros agentes externos	50
	1.3.1.5. Sistema e recursos de informação e comunicação	10	* Ações acadêmico-administrativas em função dos dados e informações do ENC	50
	1.3.1.6. Controle de normas acadêmicas	5	Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das outras avaliações do MEC e das avaliações realizadas	50

			por outros agentes externos	
GI - 2	1.3.2 - Responsabilidade Social	45	-----	
	1.3.2.1. Responsabilidade Social Institucional	50	-----	
	1.3.2.2. Responsabilidade Social na Extensão	30	-----	
	1.3.2.3. Responsabilidade Social no Ensino e na Pesquisa	20	-----	
GI - 3	1.3.3 - Estrutura de Órgãos Colegiados	20	-----	
	1.3.3.1. Funcionamento	70	-----	
	1.3.3.2. Representatividade	30	-----	
CA - 4	1.4 - Avaliação Institucional	25	-----	
GI - 1	1.4.1. Auto-avaliação	55	-----	
	1.4.1.1. Atuação da CPA	10	-----	
	1.4.1.2. Programa de auto-avaliação	35	-----	
	1.4.1.3. Abrangência do Projeto de auto-avaliação	5	-----	
	1.4.1.4. Participação do Corpo Social	10	-----	
	1.4.1.5. Divulgação e análise dos resultados	15	-----	
	1.4.1.6. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-avaliação	25	-----	
GI - 2	1.4.2. Avaliações externas	45	-----	
	1.4.2.1. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC	80	-----	
	1.4.2.2. Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-avaliação	20	-----	

D - 2	2 – CORPO SOCIAL	45	2 - CORPO DOCENTE	-----
CA - 1	2.1 - CORPO DOCENTE	50	2.1 - Formação Acadêmica e Profissional	35
GI - 1	2.1.1. Perfil Docente	45	2.1.1 - Titulação dos docentes do Centro Universitário	60
	2.1.1.1. Titulação	50	Número de docentes com especialização	20
	2.1.1.2. Experiência profissional no magistério superior	10	Número de docentes com mestrado	35
	2.1.1.3. Experiência profissional fora do magistério superior	10	Número de docentes com doutorado	45
	2.1.1.4. Programas de Capacitação e Acompanhamento do Trabalho Docente	30	2.1.2 - Experiência profissional do corpo docente	40
GI - 2	2.1.2. Condições Institucionais	30	Tempo de exercício no magistério superior	50
	2.1.2.1. Regime de trabalho	50	Tempo de exercício profissional fora do magistério superior	35
	2.1.2.2. Plano de Carreira	30	Distribuição dos docentes com formação pedagógica (FP)	15
	2.1.2.3. Políticas de Capacitação e formas de sua operacionalização	15	2.2 - Condições de Trabalho	35
	2.1.2.4. Ações de estímulos e incentivos profissionais	5	2.2.1 - Regime de trabalho	40
GI - 1	2.1.3. Produtividade docente	25	Docentes em tempo integral	40
	2.1.3.1. Publicações	70	Docentes em tempo parcial	35
	2.1.3.2. Produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais e artísticas	30	Docentes horistas	25
CA - 2	2.2 - Corpo Discente e Egressos	30	2.2.2 - Plano de carreira	30
GI - 1	2.2.1 - Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente	60	Critérios de admissão e de progressão na carreira	50
	2.2.1.1. Programas de Acompanhamento Psicopedagógico e do Desempenho Discente	85	Política de capacitação	50
	2.2.1.2. Programas de mobilidade e intercâmbio	5	2.2.3 - Estímulos (ou incentivos) profissionais	30
	2.2.1.3. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos	10	Mecanismos de apoio à produção pedagógica, científica, técnica, cultural e artística	20

GI -2	2.2.2 - Condições Institucionais	30	Mecanismos de apoio à participação em eventos científicos e Acadêmicos	20
	2.2.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos	20	Incentivo à formação pedagógica dos docentes	30
	2.2.2.2. Apoio à participação em eventos	10	Mecanismos de apoio à qualificação acadêmica dos docentes	30
	2.2.2.3. Bolsas de estudo, de trabalho ou de esporte	20	2.3 - Desempenho Acadêmico e Profissional	30
	2.2.2.4. Bolsas de desenvolvimento acadêmico	45	2.3.1 – Publicações	60
	2.2.2.5. Meios de divulgação de trabalhos e produção discente	5	Artigos publicados em periódicos científicos	40
GI -3	2.2.3 – Egressos	10	Livros ou capítulos de livros publicados	40
	2.2.3.1. Acompanhamento do egresso	80	Trabalhos publicados em anais (completos ou resumos)	20
	2.2.3.2. Programas de Educação continuada voltados para o egresso	20	2.3.2 - Produções intelectuais, pedagógicas, técnicas, culturais e artísticas	40
CA -3	2.3 - Corpo Técnico-administrativo	20	Propriedade intelectual depositada ou registrada	10
GI -1	2.3.1. Perfil técnico-administrativo	30	Projetos e/ou produções técnicas, culturais e artísticas	30
	2.3.1.1. Formação profissional	60	Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não	60
	2.3.1.2. Experiência profissional	40	-----	
GI -2	2.3.2. Condições Institucionais	70	-----	
	2.3.2.1.Plano de Carreira	70	-----	
	2.3.2.2.Políticas de Capacitação e formas de operacionalização	30	-----	
D -3	3 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E LOGISTICA	20	3 – INSTALAÇÕES	-----
CA -1	3.1 - Instalações Gerais	25	3.1 - Instalações Gerais	30

GI-1	3.1.1 - Espaço Físico	35	3.1.1 - Espaço físico	40
	3.1.1.1. Instalações para o ensino	20	Salas de aulas para os cursos de graduação	15
		15		
	<u>3.1.1.2. INSTALAÇÕES PARA COORDENAÇÃO/DEPARTAMENTOS E DOCENTES</u>			
			Instalações administrativas	5
	3.1.1.3. Instalações administrativas	10	Instalações para docentes dos cursos e graduação - salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho	15
	3.1.1.4. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	15	Instalações para docentes dos cursos de pós-graduação – salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho	10
	3.1.1.5. Infra-estrutura de segurança	15	Instalações para coordenações de cursos de graduação	10
	3.1.1.6. Instalações sanitárias	15	Instalações para coordenações de cursos de pós-graduação	5
	3.1.1.7. Outras instalações	10	Auditório / sala de conferência	5
			Instalações sanitárias - adequação e limpeza	10
GI-2	3.1.2 – Equipamentos	45	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais	10
	3.1.2.1. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	20		
			Infra-estrutura de segurança	10
	3.1.2.2. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	30	Plano de expansão física, quando necessário	5
	3.1.2.3. Recursos audiovisuais e multimídia	20	3.1.2 – Equipamentos	40
	3.1.2.4. Existência de rede de comunicação (Internet e Intranet)	15		
			Acesso a equipamentos de informática pelos docentes	20
	3.1.2.5. Plano de expansão e atualização dos <i>software</i> e equipamentos	15		
			Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	30
GI-3	3.1.3 – Serviços	20	Recursos audiovisuais e multimídia	20

	3.1.3.1.Manutenção e conservação das instalações físicas	35	Existência de rede de comunicação (internet)	10
	3.1.3.2.Manutenção e conservação dos equipamentos	45	Plano de expansão e de atualização de equipamentos	20
	3.1.3.3.Apoio logístico para as atividades acadêmicas	20	3.1.3 – Serviços	20
CA -2	3.2 - Biblioteca	40	Manutenção permanente (preventiva e corretiva) das instalações físicas (qualidade do serviço)	50
GI -2	3.2.1 - Espaço Físico	30	Manutenção permanente (preventiva e corretiva) dos equipamentos (qualidade do serviço)	50
	3.2.1.1.Instalações para o acervo	35	3.2 - BIBLIOTECA	40
	3.2.1.2.Instalações para estudos individuais	35	3.2.1 - Espaço físico	20
	3.2.1.3.Instalações para estudos em grupo	30	Instalações para o acervo	35
GI -2	3.2.2 – Acervo	50	Instalações para estudos individuais	35
	3.2.2.1.Informatização	30	Instalações para estudos em grupos	30
	3.2.2.2.Políticas Institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização	70	3.2.2 – Acervo	50
GI -3	3.2.3 – Serviços	20	Livros	30
	3.2.3.1.Horário de funcionamento	20	Periódicos	15
	3.2.3.2.Serviços de acesso ao acervo	45	Informatização	15
	3.2.3.3.Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	15	Base de dados	10
	3.2.3.4.Recursos humanos	20	Multimídia	5
CA -3	3.3 - Laboratórios e Instalações Específicas	35	Jornais e revistas	5
GI -1	3.3.1. Espaço físico e equipamentos	70	Política de aquisição, expansão e atualização	20
	3.3.1.1.Políticas de conservação e/ou de expansão do espaço físico e formas de sua operacionalização	40	3.2.3 – Serviços	30
	3.3.1.2.Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização	60	Horário de funcionamento	25
GI -2	3.3.2. Serviços	30	Serviço de acesso ao acervo	30
	3.3.2.1.Normas de Segurança	40	Pessoal técnico e administrativo	30

3.3.2.2. Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização	60	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	15
-----		3.3 - Laboratórios e Instalações Especiais	30
-----		3.3.1 - Espaço físico	30
-----		Salas dos laboratórios e instalações especiais	40
-----		* Iluminação, ventilação e limpeza	30
-----		* Política de conservação e/ou de expansão do espaço físico	30
-----		3.3.2 - Equipamentos e mobiliário	40
-----		* Equipamentos	50
-----		* Mobiliário	20
-----		* Política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos	30
-----		3.3.3 - Serviços e atividades acadêmicas	30
-----		* Áreas acadêmicas atendidas	35
-----		* Normas de segurança	15
-----		* Pessoal técnico	30
-----		* Política de contratação e de qualificação de pessoal técnico	20

Obs: tentamos dispor as dimensões de ambos os formulários de maneira que ficassem uma ao lado da outra; tal procedimento fez com que algumas células ficassem em branco, pois nem sempre o número de indicadores que compõe as dimensões é igual para os formulários.

4- Manual Geral de Avaliação Institucional

Consideração sobre as orientações ao avaliador.

O Manual de Avaliação Institucional, tanto para Universidades quanto para Centros Universitários, constituem-se como um roteiro detalhado para os avaliadores *ad hoc*, que deverão submeter tais instituições à avaliação para efeitos de credenciamento e recredenciamento, visando com isto nortear o trabalho das comissões de verificação *in loco*.

Excluído: . 0

Para que entendamos o intuito dos manuais de avaliação, é necessário que façamos um breve histórico dos procedimentos avaliativos à época em que surgiram, tais elaborados para a Avaliação Institucional, e das Condições de Oferta – ACO. Paralelamente, o processo de avaliação incluía as coletas sistemáticas e anuais de dados sobre as Instituições de Educação Superior (IES) e seus cursos, através do Censo da Educação Superior e do extinto Exame Nacional de Curso – ENC. A Avaliação das Condições de Oferta, posteriormente transformada em Condições de Ensino – ACE, hoje operacionaliza-se por meio de sessenta e cinco instrumentos específicos para os mais diversos cursos.

Tais procedimentos avaliativos demandaram diretivas e orientações aos atores envolvidos e operadores dos instrumentos de avaliação, cujos formulários passaram a ser eletrônicos, visando desta forma agregar técnica, presteza e qualidade aos processos avaliativos. Registre-se que o SINAES é contemporâneo à estas iniciativas, oriundo daquele momento, em que toda a comunidade acadêmica demandava formas de avaliação compatíveis com a natureza mais flexível, advinda com a nova LDB. A estrutura destes manuais é disposta da seguinte forma:

1 – APRESENTAÇÃO:

Situa o procedimento avaliativo ao tipo de Instituição pertinente (Universidade ou Centro Universitário), e apresenta-se como um roteiro para a Comissão de Avaliação.

2 – PROCEDIMENTOS:

Demonstra como se dá o fluxo processual, desde o pedido da Instituição, protocolizado através do Sapiens, para que a Instituição requerente seja submetida à avaliação até a etapa final para fins de homologação ministerial.

3- CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO *IN LOCO*:

Este Capítulo constitui-se como o mais importante dentro da estrutura do manual, pois é nele que encontramos o roteiro que irá nortear participação dos membros da Comissão no momento da avaliação. Há uma breve explanação da importância da avaliação, do momento privilegiado no qual se verificará as condições reais de funcionamento da instituição confrontando-a com os documentos previamente analisados.

Este Capítulo se sub-divide em:

3.1 - Roteiro de Avaliação:

Aqui encontramos a informação de que a avaliação tem duas fases: o estudo das informações prestadas e dos documentos anexados pela Instituição no formulário eletrônico e a visita de verificação *in loco*.

3.2- Participantes do processo de avaliação:

Indica os atores envolvidos no momento da avaliação, constituídos pelos membros da Comissão *ad hoc* e pelo Corpo Social da Instituição.

3.3 - Orientações gerais:

É neste item que realmente encontramos as orientações e diretrizes que serão objeto de uma análise mais criteriosa, porque elas irão influenciar o comportamento da Comissão frente ao procedimento avaliativo na Instituição:

- *estudar cuidadosamente os dados e informações disponíveis no formulário eletrônico, **estabelecendo as articulações e coerências entre os mesmos**, para que possam ser traçados roteiros de verificação e procuradas as respostas pertinentes aos questionamentos que serão formulados quando da verificação in loco;*

Percebe-se neste tópico que ao avaliador é atribuído antes de tudo um domínio técnico do instrumento eletrônico, atribuição esta passível de questionamento, pois não se pode desconsiderar a complexidade do mesmo, bem como o excesso de variáveis, e suas formulas intrínsecas. Identificamos ainda que, o domínio das questões de natureza acadêmico-pedagógica, concorrem com aquelas de natureza técnica. Observamos que, atualmente, com a automação do formulário, esta orientação não faz mais sentido, tornou-se atemporal. Ora se esta orientação permanece, o avaliador, ainda, está incumbido de estabelecer as articulações entre os dados constantes do formulário, não se pode desconsiderar que são em média 90 indicadores.

- *analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e sua adequação ao contexto atual do Centro Universitário **(e Universidade)** no que diz respeito à missão institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos e ao sistema de avaliação, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo para os próximos 5 (cinco) anos, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento; (o grifo não está no original)*

Nesta orientação, percebe-se que o objeto da Avaliação Institucional mescla-se com o objeto da Avaliação das Condições de Ensino, ressaltando, contudo que não encontramos indicadores que materializem tais orientações no instrumento eletrônico.

- *avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de credenciamento do Centro Universitário **(e Universidade)**, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas para os 4 (quatro) anos anteriores, quais as principais distorções que dificultaram atingir os níveis de qualidade pretendidos; (o grifo não está no original)*

A diretriz contida neste parágrafo reflete a natureza desejada da avaliação diagnóstica, embora não seja exigido um resultado decorrente desta avaliação, pois não se materializa através de nenhum indicador no instrumento avaliativo. Verifica-se, de forma positiva, o caráter de pontuar uma situação passível de correção, para, uma possível correção no sentido de redirecionar a conduta da instituição.

- *verificar a proposta de avaliação institucional, considerando se o processo enfoca a auto-avaliação do Centro Universitário (e **Universidade**), se contempla o ensino, a pesquisa (práticas de investigação) e a extensão, se realiza a análise crítica de todo o processo, dos seus resultados e do envolvimento dos alunos e professores, se descreve todas as ações já empreendidas, se reflete a capacidade de realizar um diagnóstico amplo e uma análise crítica dos múltiplos aspectos que envolvem o Centro Universitário (e **Universidade**), os pontos de estrangulamento e dificuldades enfrentadas;* (os grifos não estão no original)

As regras quanto à análise da auto-avaliação, não encontram correspondência nos itens do instrumento eletrônico, formuladas para pontuar o processo avaliativo; observamos que não há consonância entre as diretivas e os indicadores a serem contempladas, que demonstramos abaixo.

1.4.1. Auto-avaliação

1.4.1.1. Atuação da CPA

1.4.1.2. Programa de auto-avaliação

1.4.1.3. Abrangência do Projeto de auto-avaliação

1.4.1.4. Participação do Corpo Social

1.4.1.5. Divulgação e análise dos resultados

1.4.1.6. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-avaliação

Fonte: Manual de Avaliação Institucional Centros Universitários e Manual de Avaliação Institucional para Universidades

- *analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como o extinto Exame Nacional de Cursos (ENC), os dados do Questionários-pesquisa respondidos pelos alunos que se submeteram ao ENC, os resultados das Avaliações das Condições de Oferta (SESu) e das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação, estabelecidas comparações com os demais documentos examinados e com a observação das situações reais.*

Neste item a atribuição do avaliador para analisar os resultados das avaliações realizadas, também é questionável, pois os processos avaliativos são regulares e distintos em suas naturezas e objetivos. Este liame entre os resultados das diferentes etapas avaliativas devem ser contemplados tão somente no âmbito do órgão responsável pelos processos de entrada, permanência e saída do sistema de ensino.

Tal ponderação justifica-se, pelo fato de que ao verificar o resultado de um processo avaliativo qualquer, seja ele positivo ou negativo, o avaliador poderá interferir na margem de arredondamento da nota.

Registre-se, mais uma vez, que as avaliações pretéritas resultam de processo regular. Quando, porém, verificamos os termos finais do parágrafo em análise “estabelecidas comparações com os demais documentos examinados e com a observação das situações reais”, percebe-se que esta diretiva reveste o avaliador de uma atuação fiscalizadora, destoando fortemente do seu objetivo essencial.

Quanto à influência desta orientação no instrumento de avaliação, só será possível na margem subjetiva de decisão que o avaliador tem para aproximar a nota para cima ou para baixo, contudo, este critério, segundo o manual, só possa usado quando, reforço, somente quando, identificada uma situação relevante, e que não esteja contemplada nos indicadores do instrumento.

Por fim e não menos importante é a denominação “Parecer Conclusivo”, que reforça a percepção ora ventilada de que as orientações dos Manuais transferem ao avaliador uma decisão terminativa. Esta noção equivocada pode interferir na sua relação com a Instituição.

Sugere-se que esta expressão deva ser substituída para, tão somente, PARECER.

3.4 - O que deve ser examinado durante a verificação in loco:

Este item é auto-explicável, e descreve um rol exemplificativo de situações a serem observadas pelo Avaliador quando na visita à Instituição. É importante registrar que estes itens devem ter indicadores correspondentes no instrumento eletrônico.

3.5 - O que será avaliado:

Enquanto o item anterior permite que o Avaliador examine situações extrínsecas aos itens que compõem as categorias de análise do instrumento eletrônico; este lista taxativamente situações que serão avaliadas, de fato, e que estão organizados sistematicamente no formulário:

Organização institucional;
Atividades de graduação;
Atividades de pós-graduação;
Atividades de pesquisa (ou práticas de investigação);
Atividades de extensão ou integração do Centro Universitário com a comunidade;
Corpo discente;
Corpo docente;
Instalações;
Bibliotecas;
Laboratórios;
Pessoal técnico-administrativo.

4 - ESTRUTURA E CONTEÚDO DO PROCESSO

Este Capítulo do Manual orienta que o Processo de Avaliação Institucional é composto de três etapas:

Operacionalização do Formulário eletrônico
Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI,
Análise do Projeto de Avaliação Institucional

5- ESTRUTURA DO MANUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A estrutura do Formulário de avaliação, demonstra a hierarquização dos itens a serem avaliados – DIMENSÕES – CATEGORIAS DE ANALISE – INDICADORES E GRUPOS DE INDICADORES, listando todos os componentes de cada uma destas categorias.

5.1 - Formulário Eletrônico

Todas as orientações contidas no Manual aplicam-se, às Categorias que serão conceituadas individualmente, segundo determina o artigo 32 da Portaria MEC nº 2051, que de 9 de julho de 2004, transcrito abaixo, contudo, numa análise dos critérios de aplicação do Conceito, é patente a margem de subjetividade atribuída ao avaliador para indicar o conceito/nota do indicador avaliado, conforme exemplificado a seguir.

“Art. 32. A avaliação externa das instituições e cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos a cada uma e ao conjunto das dimensões avaliadas, numa escala de cinco níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de pontos fortes, os níveis 1 e 2 indicativos de pontos fracos e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições.”(grifo nosso)

Aspectos a serem avaliados	Crítérios de avaliação
Espaço físico (<i>existência de área física e instalações próprias da Instituição, para produção animal, com módulos para três ou mais espécies de animais</i>)	Muito fraco – quando não atende às atividades de ensino. Regular – quando atende parcialmente às atividades de ensino ou, mesmo quando conveniado, atende plenamente às atividades de ensino. Muito bom – quando atende plenamente às atividades de ensino.
Equipamentos (<i>existência de equipamentos para mecanização, transporte e beneficiamento para produção integral dos alimentos consumidos pelos módulos de criação</i>)	Muito fraco – quando não atendem às atividades de ensino. Regular – quando atendem parcialmente às atividades de ensino. Muito bom – quando atendem plenamente às atividades de ensino.
Serviços (<i>existência em todos os módulos de produção com envolvimento de professores, alunos e técnicos, desenvolvidos com tecnologias de uma produção competitiva</i>)	Muito fraco – quando não atendem às atividades de ensino. Regular – quando atendem parcialmente às atividades de ensino. Muito bom – quando atendem plenamente às atividades de ensino.

Na verificação dos termos do quadro acima, que se repetem ao longo de todo o formulário, percebe-se que o uso do “**quando**”, não demonstra, portanto, uma situação fática e pontual. À guisa de exemplificação citamos o item “equipamentos”, que poderia ser mais criterioso

– tantos equipamentos X gerariam o conceito Y, por se tratar de um aspecto relativamente possível de ser mensurado.

Resguardadas as peculiaridades dos tipos institucionais a serem avaliados, que se refletem por meio das variações de indicadores distintos em quantidade e qualidade, para Centros Universitários e Universidades, a estruturas dos Manuais é a mesma, bem como as orientações se repetem em ambos os instrumentos.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi identificado, verificamos a necessidade de pontuarmos, de forma mais concisa, os motivos que nos levaram à execução desta análise. Registramos que o objetivo pretendido, não se constitui numa crítica da existência dos instrumentos tendo em vista a importância dos mesmos na identificação da qualidade desejada na educação superior.

Assim, o presente documento, é conduzido com enfoque técnico, partindo do atual momento dos processos de avaliação e tem um caráter meramente colaborativo, por envolver dimensões distintas e metodologia ampla, complexa e específica para cada caso, que se constitui num processo de difícil execução.

Pretendemos explicitar, como objetivos específicos, que as diretrizes dos instrumentos avaliativos carecem de adequações às normas do atual processo sistemático e participativo da avaliação e, conseqüentemente, de ações que conduzam ao planejamento estratégico da Instituição.

A partir da caracterização da realidade expressada pelos indicadores constantes das dimensões a serem avaliadas, procedeu-se à identificação dos problemas, e também ressaltar as conquistas consolidadas. Para cada situação identificada, sugere-se uma discussão, tomando como exemplo a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre o número excessivo de tópicos a serem avaliados e as lacunas, as quais o próprio instrumento se refere quando possibilita ao avaliador alterar conceitos em situações consideradas relevantes.

Nessa etapa do processo avaliativo, deve-se observar prioritariamente as necessidades efetivas de cada modelo institucional, diagnosticando-os e permitindo, conseqüentemente, uma reflexão sobre os problemas, conquistas e potencialidades. Entendemos que este é a ocasião oportuna de refletir sobre as condições materiais para superar os problemas, adequando, dessa forma a atual demanda do novo sistema. É portanto, hora de priorizar o que precisa ser mantido, potencializado, e identificar e proceder a alteração necessária

Por fim, é preciso esclarecer que os padrões de referência classicamente instituídos apresentam características de dificuldade e de rigidez que não condizem com a flexibilidade da LDB. Diante disso, entendemos que a avaliação deve pautar-se pela busca da melhoria contínua tendo como padrão de referência o estímulo e caráter norteador à identidade institucional.

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Helena Maria Abu-Merhy Barroso

Especialista em Planejamento Educacional pela UFRJ e em Avaliação Educacional pela UNB/UNESCO; Bacharel em Administração Pública pela EBAP /FGV.Experiência Profissional de Direção e Assessoria em IES /RJ; Consultora de Projetos Educacionais; Avaliadora *ad hoc* da SESu/MEC ;Assessora da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM).

Ivanildo Ramos Fernandes

Graduando em Direito pela Universidade Candido Mendes; Licenciando em língua hebraica pela A.R.Israelita-RJ; Formação técnica em Web Development - HTML XML, JAVA, pelo Cefet-RJ. Lotado na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento na pesquisa á legislação da educação superior e no acompanhamento da situação legal dos cursos da UCAM.

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Morais. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. *Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.*
10. **Governo de Transição FHC – Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas, junho de 2003.*
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, *junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*

12. **Gênese e Constituição da Anp** , Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título "Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios". Documento de Trabalho no. 25.
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, julho de 2003.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Morais e Márcia Marques de Carvalho, julho de 2003.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.
19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA)*. Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, outubro de 2003.
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*

25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003*.
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004*.
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004*.
28. **Entre o Passado e o Presente**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004*.
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004*.
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, março de 2004*.
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004*.
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33*.
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha", Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título "Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos"*.
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004*.
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto apresentado no "Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números*.

36. **Nota Técnica sobre os documentos “Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina” e “Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito”**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no “Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior”, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*
40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.*
42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005.*
43. **O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil: uma Visão Quantitativa**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, julho de 2005 (versão preliminar em processo de revisão).*
44. **Diretrizes Políticas da Educação Superior x Instrumentos de Avaliação: uma Nota Técnica**, equipe do Observatório Universitário, *maio de 2005.*